

Vexoá: mulheres indígenas no campo político, (des) construindo história e fortalecendo identidade como mulher terena

Vexoá: indigenous women in the political field, (de) constructing history and strengthening identity as a Terena woman

Vexoá: mujeres indígenas en el campo político, (des) construyendo historia y fortaleciendo la identidad como mujer terena

Évelin Tatiane da Silva Pereira¹
José Licínio Backes²

¹ Doutora em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). **E-mail:** evelinhekere85@gmail.com,
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5734-1199>

² Doutor em Educação pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB).
E-mail: backes@ucdb.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9013-8537>

Resumo: O artigo, vinculado à linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena da UCDB, trata da participação das mulheres Terena na política, um espaço antes dominado por homens e hoje também ocupado por elas. Fundamenta-se em autores indígenas, da interculturalidade crítica e da modernidade/colonialidade, destacando a luta e a permanência da mulher indígena na política. Tem como objetivo analisar a participação feminina Terena nas decisões de campanhas, seus desafios e trajetórias até conquistarem um papel central na defesa dos direitos indígenas. A pesquisa qualitativa utiliza revisão bibliográfica, autoetnografia, fotografias e entrevistas, com base na vivência da autora como indígena, pesquisadora e professora, evidenciando a continuidade da luta das antecessoras e o protagonismo feminino na resistência.

Palavras-chave: mulheres; indígenas; Vexoá e Terena.

Abstract: The article, linked to the research line Cultural Diversity and Indigenous Education at UCDB, addresses the participation of Terena women in politics, a space once dominated by men and now also occupied by them. It is based on Indigenous authors, critical interculturality, and modernity/coloniality, highlighting the struggle and permanence of Indigenous women in politics. The objective is to analyze Terena women's participation in campaign decision-making, their challenges, and trajectories until achieving a central role in defending Indigenous rights. The qualitative research uses bibliographic review, autoethnography, photographs, and interviews, drawing on the author's experience as an Indigenous woman, researcher, and teacher, evidencing the continuity of predecessors' struggle and female protagonism in resistance.

Keywords: women; indigenous; *Vexoá* and *Terena*.

Resumen: El artículo, vinculado a la línea de investigación Diversidad Cultural y Educación Indígena de la UCDB, aborda la participación de las mujeres Terena en la política, un espacio antes dominado por hombres y que hoy también es ocupado por ellas. Se fundamenta en autores indígenas, de la interculturalidad crítica y de la modernidad/colonialidad, destacando la lucha y la permanencia de la mujer indígena en la política. Su objetivo es analizar la participación femenina Terena en las decisiones de campañas, sus desafíos y trayectorias hasta conquistar un papel central en la defensa de los derechos indígenas. La investigación cualitativa utiliza revisión bibliográfica, autoetnografía, fotografías y entrevistas, basándose en la experiencia de la autora como indígena, investigadora y docente, evidenciando la continuidad de la lucha de las antecessoras y el protagonismo femenino en la resistencia.

Palabras clave: mujeres; indígenas; Vexoá y Terena.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Neste artigo, buscamos descrever a participação das mulheres Terena no campo político no estado de Mato Grosso do Sul por meio de memórias e histórias. A pesquisa foi conduzida com base em fontes orais e em levantamento bibliográfico. Os procedimentos metodológicos utilizados para a produção de dados da pesquisa se baseiam na pesquisa qualitativa, com a utilização de autoetnografia, fotografias, história oral, diário de campo e revisão bibliográfica.

Sabemos que discutir a presença e a participação nossas, enquanto mulheres indígenas na política, é importante por várias razões: representação, inclusão, direitos humanos, fortalecimento das comunidades e das organizações de mulheres, desconstrução de estereótipos e equidade de gênero.

A participação das mulheres indígenas na política enfrenta barreiras que combinam desigualdades de gênero e de pertencimento étnico. Apesar disso, sua presença nesses espaços representa resistência e afirmação identitária, ampliando o debate democrático e fortalecendo a inclusão de demandas específicas de seus povos. Quando tratamos desse tema em âmbito nacional, no Senado, cada vez mais se torna claro o baixo índice de mulheres nesse quadro político. A partir de 2018, dados evidenciam que há muitas mulheres com formação, mas pouco apoio dentro dos partidos e das formações para a candidatura.

A baixa representatividade das mulheres indígenas na política evidencia tanto a desigualdade de gênero quanto a invisibilização histórica de seus povos, marcada pela falta de apoio partidário. A nossa inclusão, enquanto mulheres indígenas, na política fortalece a democracia ao garantir que todos os segmentos da sociedade tenham uma voz ativa nos processos de tomada de decisão, seja ela na política local, estadual ou federal.

Hoje, em nosso território, temos exemplos de mulheres que estão atuando na política, como Sonia Guajajara, ministra do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A mesma vem fazendo frente na defesa dos nossos direitos indígenas e ambientais.

Já em nosso estado de Mato Grosso do Sul, esses dados caem ainda mais quando se trata da presença da mulher indígena nesses espaços

políticos. Falo em específico, pois nosso povo Terena ainda vem de uma linhagem patriarcal, em que o pensar é apenas que a política se faz e se fala apenas por homens. Claro que, com o passar da última década, isso vem mudando em relação a esse pensamento.

Discutir a presença das mulheres indígenas na política não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma reparação histórica que a sociedade deve aos povos originários. Esse debate é essencial para desconstruir estereótipos e promover uma compreensão mais ampla do papel das mulheres indígenas nos processos de decisão. A representatividade feminina indígena nos espaços políticos fortalece a democracia e legitima as vozes de nossas comunidades em pautas históricas. Estar nesses lugares significa afirmar nossa identidade e assegurar que as especificidades culturais e sociais de nossos povos sejam consideradas nas decisões que impactam diretamente nossas vidas.

A partir dessa participação, torna-se possível avançar na defesa de nossas demandas coletivas. As discussões realizadas nos territórios servem de base para levar às instâncias políticas locais, estaduais ou federais as necessidades mais urgentes, sejam elas de caráter comunitário ou relacionadas a questões familiares específicas.

2 CONTEXTUALIZANDO NOSSA LUTA

Essa pesquisa qualitativa envolve uma produção de dados obtidos pela pesquisadora em contato direto com a situação pesquisada, na busca de compreender os fenômenos segundo a visão dos participantes, sendo interativa e flexível (Ludke; André, 1986), o que permite revisões e alterações, possibilitando a reconstrução de novos caminhos. Ludke e André (1986) explicam que a pesquisa qualitativa é rica em descrições e transcrições de entrevistas e depoimentos, além de recorrer a fotografias, desenhos e outros tipos de documentos. Partindo desse pensamento, começo a pontuar alguns fatores que nós, mulheres indígenas, vamos trilhando até chegar ao nosso título “vexoá”, que, na tradução para a língua portuguesa, é “nós podemos” (des)construir os pensamentos e as ações dentro da política.

No “descobrimento” do Brasil, as mulheres indígenas foram as principais vítimas. Ali aconteceu a primeira violência, em que muitas foram silenciadas, “mortas”, seus filhos arrancados de seus ventres, escravizados e marginalizados. Esses fatos deveriam nos enfraquecer, mas não, serviram de alimento para prosseguir na luta.

As indígenas mulheres sofreram duplamente a colonização violenta a que foram submetidos os povos indígenas do Brasil, primeiro pelo fato de ser indígenas e segundo por ser mulheres. Conviveram com abusos e violências de vários níveis; durante séculos foram colocadas à margem da sociedade, sofrendo silenciadas todo tipo de violência (Alves, 2019, p. 33).

Com o passar dos anos, no estado de Mato Grosso do Sul, o movimento indígena tem sido referência para outros movimentos sociais na articulação de mobilizações, tanto locais quanto nacionais. Com isso, algumas professoras Terena estão tomando espaço na causa, fazendo frente às demandas, usando sua voz e mostrando, de fato, sua identidade, a sua face Terena.

Uma identidade que não funciona como muleta, ou seja, uma identidade verdadeiramente humana é aquela que se afirma na diferença e pela diferença enquanto sujeito coletivo, enquanto identidade coletiva capaz de criar em torno de si um projeto que reunifique as diferenças étnico-culturais num contexto mobilizador mais amplo, sócio-político em sua essência (Carvalho, 1983, p. 6).

Nós, mulheres Terena, temos legitimado nossa identidade no movimento indígena, perpassando por todas as formas de preconceito e diferença, não apenas quando a situação está favorável a algum tipo de benefício. Acrescentamos que as mulheres indígenas possuem um fazer que implica uma orientação decolonial, com o objetivo de reaprender, de reelaborar o que foi introduzido em nossas mentes pelas estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade (Walsh, 2009).

O movimento das mulheres é intercultural porque reconhece e respeita a diversidade cultural de ideias, saberes e conhecimentos. A articulação e a negociação entre saberes, conhecimentos e culturas são estratégias de enfrentamento da subalternização colonial. A interculturalidade, como constitutiva do movimento das mulheres indígenas, produz diferenças,

assim como elas são produzidas pela diferença. Ao produzirem diferenças, também produzem resistências contra as relações de poder da sociedade envolvente.

A participação no campo político pode ser observada através da atuação como líderes em contextos locais e inseridas em processos de organização de mulheres indígenas. O que denomino como ‘participação política das mulheres indígenas’ compreende a atuação feminina em múltiplos contextos (movimento indígena, associativismo local, organizações estaduais e regionais, mobilizações nacionais e internacionais) e a partir do estabelecimento de parcerias de trabalho com representantes de diferentes instituições. Essa participação é resultado de um conjunto de fatores: a presença das mulheres nas lutas do movimento indígena, a formação (técnica, política, acadêmica) das mulheres, o fomento às atividades das organizações de mulheres indígenas por parte das instituições governamentais e não governamentais, os impactos dos programas de desenvolvimento sobre os territórios indígenas e as violações aos direitos dos povos indígenas e aos direitos das mulheres (Sacchi, 2022, p. 165).

Nós, mulheres indígenas, temos buscado visibilizar nossas demandas, enfrentando e transformando as estruturas e as instituições que tentam homogeneizar, padronizar na lógica da modernidade colonial. Por meio da formação escolar e universitária, estamos nos empoderando, dominando a língua e os códigos da sociedade ocidental e assumindo nossos lugares de direito dentro das comunidades, na educação, na saúde, na economia, no direito, na política e em outras áreas que florescem. Ao assumir esses lugares, estamos ressignificando e fortalecendo nossos espaços nos moldes indígenas.

O protagonismo das mulheres no campo da política tem deixado as bases e alcançado os movimentos sociais, onde estamos fazendo a diferença por meio de uma postura decolonial na busca de mudanças e melhorias para as comunidades no campo das políticas públicas, da educação, da saúde e da segurança. A união feminina tem permitido e garantido a nós um papel de destaque e respeito nas comunidades, mas ainda há um longo caminho a trilhar.

Apesar dos avanços dentro da política, ainda algumas de nós vêm sofrendo com injustiças e preconceito nos espaços ocupados pelos homens, o velho e ultrapassado patriarcado.

Compreendemos as ramificações do patriarcado adquiridas nas relações de troca de interesses entre homens das elites locais, que, para isso, reuniram poderes (econômico e o político), estendendo-os a esfera privada, legitimando-os como dominante (Comin, 2019, p. 28)

Dentro dessa desconstrução de pensamento, encontramos mulheres vulneráveis que passaram ou passam por um processo de opressão nas comunidades e dentro dos próprios partidos políticos, gerando conflitos entre os gêneros, principalmente diante do pleito eleitoral.

As condições de vulnerabilidade e opressão das mulheres na sociedade têm sido uma pauta recorrente nos últimos tempos, especialmente em relação a temas envolvendo violência de gênero – gênero compreendido como o papel social atribuído ao sexo feminino. Frente a situações degradantes da dignidade humana, sejam elas por falta de reconhecimento identitário e/ou econômico, os movimentos sociais são importantes ferramentas de transformação que historicamente possibilitaram a conquista e o reconhecimento de inúmeros direitos humanos fundamentais, superando práticas arbitrárias e contextos de tirania (Almeida; Angelin; Veronese, 2023, p. 917).

Nossa participação, enquanto mulheres, na elaboração da Constituição Federal foi um momento histórico para todos nós. Com a posse das mulheres, os pedidos foram discutidos coletivamente e individualmente de acordo com a necessidade de cada uma.

Quanto às demandas em si, a Carta das Mulheres aos Constituintes pode ser entendida como a síntese do conjunto de reivindicações elaboradas, de maneira coletiva e paciente, pelas mulheres brasileiras, de norte a sul, de leste a oeste do país, ao longo de vários anos. Tais bandeiras foram encaminhadas ao Encontro Nacional denominado ‘Mulher e Constituinte’, anteriormente referido. Foram pleitos surgidos das necessidades individuais e coletivas das mulheres, que lutaram arduamente para levá-las à Assembleia Constituinte, pois consoante recorda Comba Marques Porto, ‘até chegar à referida Carta, tivemos que percorrer muito chão, trabalhando imensamente, por este país agora’ (Salete, 2011, p. 194).

No próximo item, vamos descrever a presença das mulheres indígenas no campo político, com destaque para o estado de Mato Grosso do Sul nos últimos anos.

3 DESGOVERNO, ORGANIZAÇÕES E CANDIDATURAS INDÍGENAS

Antes de tudo, “Vexoá” me fez analisar que, no campo político dos brancos, nossa identidade como mulher Terena vem sendo fortalecida com o passar dos anos. Irei historicizar aqui minha “participação” enquanto candidata a vereadora no município de Anastácio, em 2008.

Nesse mesmo ano, cursava o ensino superior na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, estava gestante do meu filho Gustavo e minha situação financeira não estava estabilizada até então. Eu realizava as consultas relacionadas ao pré-natal com o médico Marcos Rondon, que já tinha pretensão de ser candidato a prefeito no nosso município. Nessas minhas idas ao consultório, houve o “convite” para eu disponibilizar meu nome para preencher a porcentagem de candidatas do sexo feminino para o Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Figura 1 – Perfil de candidata Evelin



Fonte: divulgação de candidaturas e contas eleitorais (retirado do site TSE, dados de 2008).

Foi uma experiência boa? Não, pois eu era muito jovem e imatura e não tive nenhum aproveitamento nessa caminhada política. Sinto que fui usada para “preencher lacunas” para os não indígenas, e hoje eu me pergunto — e se fosse Hekeré? Você faria tudo novamente ou mudaria a escrita?

Minha candidatura como vereadora, sendo uma mulher indígena, representava não só um passo pessoal, mas também um avanço coletivo para os povos indígenas e para a representatividade política em Anastácio e no Brasil. Minha luta vem das raízes do meu povo, da aldeia, das mulheres guerreiras que me antecederam e que seguem resistindo. Levo comigo as vozes de nossas crianças, jovens, anciãos e, principalmente, de mulheres indígenas, que muitas vezes são silenciadas na política. Ter uma vereadora indígena no nosso município é um marco de representatividade, justiça social e fortalecimento da democracia.

A presença nossa, enquanto mulheres indígenas, no Legislativo municipal tem uma importância profunda e simbólica, mas também rompe o espaço que sempre foi discutido e ocupado pelos homens do nosso povo.

O romper dessa tradição de ocupação masculina na esfera pública remeteu as mulheres ao público atuando enquanto lideranças em sua comunidade, ora enquanto professoras pesquisadoras, ora como presidentes de associação jurídica e conselheiras tribais na hierarquia da liderança tradicional. O avanço das mulheres nas esferas públicas tem propiciado o fortalecimento da participação nos debates em torno das questões indígenas no âmbito interno e externo (Sebastião, 2017, p. 7).

Agora irei historicizar algumas mulheres Terena que já passaram pelo processo de estar/ser candidata pelas comunidades indígenas em seus territórios, buscando construir e desconstruir histórias e se fortalecer pelas bases.

Candidata do Partido Popular Social (PPS) para vereadora no município de Aquidauana, Iara Terena obteve 164 votos, mas não foi eleita nas eleições de 2016. A mesma é pertencente ao Território Indígena Taunay Ipegue, comunidade Ipegue. Atualmente, Iara é formada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, em um diálogo que tive com ela, relatou um pouco da sua trajetória em 2016.

Minha candidatura foi pelo partido PPS e, na época, o partido estava com o pensamento de sair com candidatura somente indígena em chapa única, para que conseguíssemos eleger pelo menos um ou dois do grupo. Então, para suprir a vaga de jovem e mulher para ir atrás de votos dessa classe, fui indicada. Na época, com 25 anos, entrei na política, porém, a chapa não foi única e somente de indígenas, pois muitos se venderam ou se renderam para os candidatos grandes como cabo eleitoral. Durante a campanha, me aproximei de muitas mulheres que me viam como solução de seus problemas, ia pedir voto e elas acabavam se sentindo à vontade para desabafar, exemplo: violência, apoio com simples casos, como agendamento para fazer documentos, entre outros. Pude perceber que muitos dos nossos parentes associam a campanha eleitoral como um período de quitar contas ou ganhar algum benefício ou dinheirinho. Portanto, é preciso se ter grana para conquistar esse eleitorado (Iara Terena, 2025).

Nós, mulheres Terena, buscamos construir e desconstruir os caminhos da velha e “boa política”, a questão do machismo e do patriarcado, pensando em como atuar dentro das comunidades para fortalecer a nossa base e também fazer o fortalecimento nosso dentro das campanhas eleitorais.

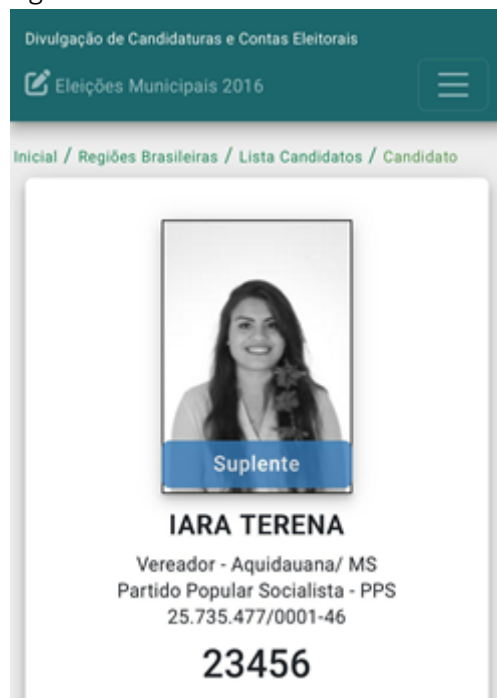
Como ainda vivemos num contexto machista dentro das aldeias, onde os homens ainda são vistos com respeito e pode, precisamos muito valorizar e visibilizar as ações realizadas por mulheres nas aldeias. Demonstrar poder a elas e iniciar isso com as próprias mulheres, valorizando uma a outra. Através de outras mulheres e de visibilidade dos trabalhos já realizados por mulheres mundo afora (Iara Terena, 2025).

O que mais a deixou incomodada quando ela se viu dentro da política não indígena foi “a maneira como conseguem enganar nossos patrícios, com tão pouca observação, o tanto que o nosso parente acredita que nunca esteve em seu contexto ou atualidade”. Penso que a universidade nos alicerçou (espaço e condições de permanecer e sair formadas) para que possamos estar discutindo as políticas e as ações afirmativas.

Assim como nos é dada a oportunidade de frequentar as universidades brasileiras, também temos o dever e a responsabilidade de retribuir a oportunidade e transformar em conquista para o nosso povo, para que essa bagagem de conhecimentos que adquirimos ao longo dos anos em que passamos na universidade sirva em benefício do nosso povo, e que de alguma forma esses ditos conhecimentos

científicos possam ser utilizados de algum modo dentro de nossas aldeias (Simone Eloy, 2016, p. 73).

Figura 2 – Perfil de candidata Iara Terena



Fonte: Divulgação de candidaturas e contas eleitorais (retirado do site TSE, dados de 2016).

Nossa próxima mulher de resistência, Simone Terena, candidata pelo Partido dos Trabalhadores (PT), obteve 454 votos, porém, não foi eleita no pleito de 2024. Simone Terena é nascida em Campo Grande, seu território é Taunay Ipegue e sua comunidade, Ipegue. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional (UFRJ), seus relatos sobre a caminhada política são bem similares aos meus e aos de Iara Terena.

Como indígena e mulher, sabíamos que não seria uma campanha fácil por se tratar pelo falo do município ser muito conservador, mas a missão de ser eleita foi a força que tive para começar a pré-campanha e a campanha, ir até os eleitores indígenas e não indígenas, fazendo articulações, mobilizando e convencendo os eleitores porque seria

importante votar Simone Terena. O caminho da construção é a coragem de enfrentar o machismo, racismo e ir para embate e lutar com todas as forças para ser inserida e respeitada (Simone Terena, 2024).

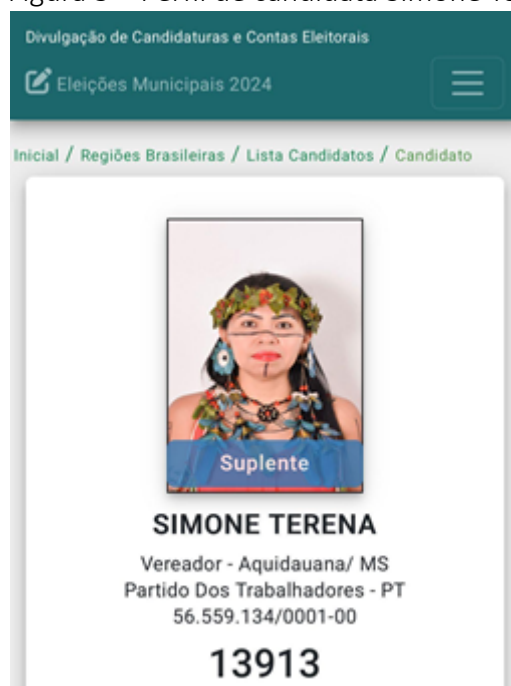
O machismo dentro das comunidades Terena é uma realidade que precisa ser discutida com mais frequência, respeito e responsabilidade, pois envolve dinâmicas culturais, históricas e sociais específicas. Ainda que muitas comunidades do meu povo tenham tradições baseadas no respeito à mulher e em papéis coletivos equilibrados, a influência da colonização, do patriarcado ocidental e das religiões impostas a nós, indígenas, alterou profundamente nossas bases.

A presença do machismo em sociedades colonizadas pode ser, em parte, atribuída à influência do colonizador. Durante os períodos de colonização, as culturas colonizadoras impuseram suas próprias normas e valores às comunidades locais, incluindo ideias patriarcais e estruturas de poder. Sociedades colonizadoras frequentemente promoviam hierarquias de gênero que subjugavam as mulheres e reforçavam normas masculinas dominantes. Essas ideias são enraizadas em interpretações culturais e religiosas e foram impostas pelos colonizadores e se manifestam nos indígenas (Pereira, 2024, p. 102).

Apesar do machismo, nós, mulheres Terena, temos resistido com força e sabedoria, ocupando cada vez mais espaços de liderança, como caciques, professoras, pesquisadoras, vereadoras, militantes e ativistas. Organizamos encontros, marchas e assembleias específicas para discutir nossos direitos e fortalecer nossas vozes. Reivindicamos a valorização dos nossos saberes femininos tradicionais.

E como sempre o ‘machismo’ e o ‘achismo’ disfarçado entre nós, transitando no nosso meio. Mas apesar desses preconceitos, muitas de nós não desistimos, continuamos, a caminhada, nossa luta é uma luta coletiva, na convicção de uma ajudar a outra, lado a lado, uma sendo base, alicerce uma para outra, uma vai inspirando a outra, a energia de cada uma, faz nascer duas mais fortes, as originárias dessa terra, a desobediência nos tornou forte, a rebeldia de certa forma nos fortalece (Pereira, 2024, p. 109).

Figura 3 – Perfil de candidata Simone Terena



Fonte: Divulgação de candidaturas e contas eleitorais (retirado do site TSE, dados de 2024).

Dialoguei com Naine Terena sobre a sua percepção de mulher no campo da política, dentro do movimento indígena, e sobre as formas de mobilizar várias mulheres para, juntas, construirmos e desconstruirmos novos (ou velhos) caminhos na política do mundo “branco”.

Acredito que minha caminhada se deu muito pela presença nas mobilizações em Brasília e também na comunicação. Sou veterana em algumas áreas, e a comunicação é uma delas. Mas acho mesmo que a presença, poder estar nesses lugares, contar para as pessoas em outros espaços sobre o que ocorria, foi muito importante para minha formação e também para a mobilização coletiva. Acredito que tive uma presença maior entre os anos de 2000 a 2018. Às vezes, as pessoas pensam que só o lugar de destaque é importante. E não é. Estar e formar uma grande quantidade de pessoas nas mobilizações demonstra força. É sobre isso. Sobre poder estar e contar histórias. É uma ascensão bem grande nacionalmente. Acredito que as mulheres

indígenas construíram imagens que sensibilizam a sociedade e, por isso, deputadas, ministras indígenas. Esse caminho é de construção de imagem, de dedicação também, porque para mulheres não é fácil lançar-se em movimentos e em qualquer área de atuação. Então, construir caminhos é também construir possibilidades para que mulheres indígenas possam realmente exercer suas atividades e terem o suporte necessário para suas vidas e saúde. Desconstruir é sempre analisar com neutralidade o que dá certo e o que não dá. Ouvir o entorno, outras mulheres indígenas, de maneira crítica (Naine Terena, 2025).

Nesse sentido, o fortalecimento das candidaturas tem que nascer no chão da comunidade. É na base que se dá a continuação de todos os caminhos, ali podemos observar os maiores obstáculos pelos quais passamos dentro dessa esfera e como buscar o entendimento das articulações realizadas dentro da política não indígena.

Ouçó sempre falar que candidaturas devem vir da base. Então o movimento é de articulação de conversas de sensibilização das comunidades, para chegar a um nome e a um entendimento. Temos muitos jogos de política a compreender e a driblar para alcançar bons resultados. Acredito que a política tem seu próprio mecanismo de articulação, que já é algo enraizado nas eleições e campanhas. Conhecer esses caminhos é o obstáculo. Praticar novas políticas também é difícil. O obstáculo é caminhar nesse percurso. O sistema é feito a partir do pensamento do que chamamos de branquitude. A branquitude é o conjunto de comportamentos e manutenção de privilégios e está presente na estrutura da política. Ela molda as relações raciais, muitas vezes perpetuando desigualdades. A branquitude faz também as pessoas acreditarem que tem o modelo correto de lidar com a diversidade, e por isso, não abrem o lugar de escuta e a possibilidade de agir de maneira diferente (Naine Terena, 2025).

Início agora a narrativa de um segundo momento, após quatro anos do “desgoverno” de Jair Messias Bolsonaro, em que nós, povos originários, sofremos vários ataques, principalmente na questão legislativa. O Senado e a Câmara Federal criaram várias brechas para que alguns projetos de lei fossem julgados e aprovados, atacando, assim, diretamente nossos territórios tradicionais e as lideranças.

Passamos por um processo eleitoral muito desgastante e doloroso, pois foram muitas falas, muitos enfrentamentos, principalmente contra os

purutuye bolsonaristas. Além deles, a pior parte era confrontar os próprios parentes bolsonaristas. Penso que não havia outra opção nessa eleição; muitas vezes pensava em como poderiam cogitar estar ao lado de um partido político que espalhava violência, ódio, racismo e misoginia. Não haveria a possibilidade de estar levando o nome de tal indivíduo ou partido, nunca fui de sigla partidária, e sim pela causa de meu povo.

Nós fomos atacados principalmente pelas redes sociais, com injúrias raciais, ameaças e, principalmente, fake news, além do corpo a corpo, pela conscientização do voto, o voto pela vida, porque, nesse momento, o que estava em questão, como sempre foi, era a continuidade do nosso povo. Há várias falas racistas e violentas nesse período de escuridão e abismo, porém, a principal fala que marcou esses anos realmente foi quando o “coiso” disse que não demarcaria um centímetro de terra para nós, indígenas, promessa de campanha que foi mantida em sua desgestão.

Como presidente, Jair Bolsonaro esforçou-se em cumprir a promessa de campanha de não demarcar nenhuma Terra Indígena em seu governo, evitando, assim, criar territórios que podem, segundo suas palavras, se tornar ‘novos países no futuro’. Além dos obstáculos a novas demarcações e de diversas iniciativas que atacam direitos consolidados na Constituição Federal, o presidente, como também outros membros de seu governo, já fizeram declarações hostis e impertinentes sobre os povos indígenas do país, expressando um misto de cólera e temor, indignação e receio, e reproduzindo uma estrutura discursiva há muito presente na fala de segmentos políticos e econômicos que o apoiaram na campanha eleitoral de 2018, como aqueles vinculados à agropecuária, à mineração, à atividade madeireira e ao garimpo (Rufino, 2023, p. 2).

Além das frentes e falas em prol da eleição do metalúrgico e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em âmbito nacional, tínhamos a nossa realidade do pleito eleitoral no estado de Mato Grosso do Sul. Era uma luta contra a reeleição de um capitão na presidência e contra a entrada de um capitão aqui no governo estadual. Nessa jornada, quero aqui historicizar o ato de coragem de *Sêno Kohó*, por ter colocado seu nome à disposição para todos que se prontificassem a somar e divulgar a causa indígena.

Ressalto aqui também a postura e a fibra da mesma. Novamente, ela não teve apoio de alguns líderes homens Terena, uns pelo fato de terem

compromisso político já firmado anteriormente (se contentam com migalhas e negociam em nome da comunidade), outros já por serem machistas mesmo. Recordo-me de uma fala de um “líder” na caminhada de *Sêno Kohó*: “Se fosse o Doutor Eloy eu vestiria a camisa, mas ela não...”. Observa-se um tom de superioridade por ser homem, que eu, claro, nem perco meu tempo, muito menos procuro argumentar ou dialogar com quem não enxerga o que está a um palmo à sua frente.

Nossa candidata, indicada pelo Conselho Terena (que seus principais líderes não apoiaram) para disputar as eleições para Deputada Estadual, nascida na Aldeia Ipegue, em Aquidauana, liderou uma retomada indígena na capital, Campo Grande, e se tornou cacique da comunidade *Tumumé Kalivono*¹, no Jardim Santa Monica, atualmente chamada *Ynamati Kaxé*². *Sêno Kohó* já tem experiência política além do cacicado. Em 2020, foi candidata a vice-prefeita da Cidade Morena.

Foram duas vezes, quando me tornei cacique, porque eu cresci vendo só os homens serem caciques, até eu perceber que estávamos em outro momento e que chegou a nossa vez também e que somos capazes de liderar. E quando fui para as candidaturas indígenas num estado muito conservador e voltado para o agro, onde nós, povos indígenas, sofremos com a violência, o racismo e o preconceito. Para mim, neste momento, foi muito desafiador por ser mulher, indígena e política. Empoderamento feminino, mas sempre caminhando ao lado de nossas lideranças (Sêno Kohó, 2023)

Foram dias de muito aprendizado na campanha, e no dia 5 de outubro encerramos momentaneamente nossa participação nesse cenário político, em um estado ruralista que manda e paga para assassinar nossas lideranças, pelo simples fato de defender o que é de direito nosso. Um número expressivo de votos para uma candidata mulher indígena: 5 mil votos em 67 dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul.

Particpei da cerimônia de posse do então eleito Presidente Lula, na esperança de um começo. Estava muito feliz por estar fazendo parte desse processo, a reconstrução de nosso país e a certeza da concretização das falas

¹ Na Língua Terena, significa Criança do Futuro.

² Na Língua Terena, significa Novo Amanhecer.

durante a caminhada eleitoral, um ministério nosso, dos Povos Indígenas. Nós seríamos os protagonistas, nossa história sendo escrita por nós mesmos, seja na literatura, na antropologia ou na história propriamente dita.

Já em 2024, novamente a candidata Val Eloy Terena coloca seu nome à disposição para o cargo de vereadora nas eleições municipais em Campo Grande, pelo Partido dos Trabalhadores, na confiança de ter os mesmos votos que obteve na campanha de deputada estadual, na mesma perspectiva de aldeiar a política.

Figura 4 – Perfil de candidata Val Eloy



Fonte: Divulgação de candidaturas e contas eleitorais (retirado do site TSE, dados de 2024).

Analisar hoje as candidaturas políticas no nosso estado por mulheres indígenas requer muito engajamento e sensibilidade, para construir alianças e fortalecer aliados, para que haja um crescimento expressivo dessas mulheres que hoje são potência e fazem a diferença. Segundo Xacriabá (2022, p. 7):

E aí eu percebi desde muito cedo que a luta, ela escolhe a gente. Não importa o que a gente acha que tem pra falar, mas a luta usa a gente pra ela dizer. Porque muitas das vezes, principalmente nós mulheres indígenas, nós também temos sonhos, nós também temos sonhos que parecem individual, embora a luta e o sonho sejam coletivos.

Se pensarmos nos espaços de fala onde essas mulheres podem levar as demandas e as necessidades de suas comunidades, o tempo de espera seria menor para as mesmas. Ter uma representante dentro das esferas políticas daria mais visibilidade para a causa e as comunidades que precisam de atendimento com mais urgência.

Ter a compreensão de que não são somente os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, mas acreditar que as candidaturas são candidaturas pela continuidade de nosso povo, pela permanência em nossos territórios, pela segurança da nossa biodiversidade, pela segurança de nossos direitos assegurados pela Constituição. Finalizo com a reflexão de Xacriabá (2022, p. 14):

Quantos de vocês gosta dos povos indígenas? Levanta a mão! Quantos de vocês acham que nós somos a solução número um para as crises climáticas, levanta a mão! Agora, quantos de vocês, a não ser os parentes indígena, já votaram em candidaturas indígenas levanta a mão... Ainda dá tempo!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mulheres Terena, este é o nosso tempo! Nossas vozes, nossas lutas e nossos saberes tradicionais/locais/ancestrais precisam estar presentes onde as decisões são tomadas. O campo político não é um lugar distante para nós, e sim uma ferramenta que pode fortalecer nossas comunidades, proteger nossos territórios e garantir nossos direitos.

Avançar na política é romper com o silêncio imposto e mostrar que nós, mulheres Terena, temos capacidade, coragem e sabedoria para liderar. Quando uma de nós ocupa um espaço de decisão, todas avançamos juntas. Por isso, não podemos ter medo de nos candidatar, de ocupar cargos, de representar nossas comunidades. A política também é nosso lugar.

Encerro essa discussão sobre nossa política lembrando que temos mulheres parlamentares, bancada feminina, bancada ruralista e bancada

evangélica, todas elas eleitas por vários partidos e vindas de várias regiões. Hoje, temos a bancada indígena, ou bancada do cocar, dentro do nosso estado. Somos os primeiros do Brasil, mas os últimos nos espaços políticos. Se pararmos para pensar sobre essa representatividade indígena na política, os índices são bem abaixo do esperado. O silenciamento dessa representatividade é executado pelo capitalismo desenfreado, pelo agro desequilibrado e pela ganância pelos recursos naturais.

Portanto, quando/quanto mais mulheres indígenas na política sul-mato-grossense, mais teremos acesso e habilidade de negociar com os membros da comunidade e entendimento de situações que apenas nós saberíamos de uma maneira leve como contorná-las. Ampliando a representatividade nesses espaços de poder, vamos fortalecendo nossas lutas enquanto mulheres e enquanto povos indígenas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaqueline Reginaldo de; ANGELIN, Rosângela; VERONESE, Osmar. Identidade, diferença e reconhecimento: um olhar sobre os movimentos de mulheres indígenas no Brasil e a pauta de enfrentamento à violência de gênero. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 915-939, 2023.

ALVES, Cledeir Pinto. *As professoras Terena no processo de retomada do território tradicional da aldeia Buriti/Dois Irmãos do Buriti-MS*. 2019. 147p. Dissertação (mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2019.

CARVALHO, Edgard de Assis. Identidade étnico-cultural e movimentos sociais indígenas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 6, p. 1-9, 1983.

COMIN, Jaqueline Teodoro. *Mulheres e política institucional em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional*. 2019. 178f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2019.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

PEREIRA, Évelin Tatiane da Silva. *Vukapanavo sêno têrenoe: a presença das mulheres Terena no movimento indígena – desafios e percursos*. Campo Grande: UCDB, 2024.

RUFINO, Marcos Pereira. Raiva, medo e o pequeno número: o indigenismo bolsonarista a partir de Arjun Appadurai. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 66, p. 1-26, 2023.

SACCHI, Angela Célia. Mulheres indígenas e organização política: união, luta, força e resistência. *Anthropológicas*, Recife, ano 26, v. 33, n. 2, p. 164-194, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2022.256854>

SALETE, Maria. *A carta que elas escreveram*: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. 2011. 322f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2011.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. *Pesquisadoras indígenas*: o protagonismo das mulheres Terena. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017, Florianópolis. *Anais* [...]. Florianópolis: UFSC, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, reexistir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina*: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-41.

XACRIABÁ, Célia; RODRIGUES, Ana Paula. A política e a poética de Célia Xakriabá: três discursos da primeira deputada indígena eleita por Minas Gerais (2022). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, e2023030, 2023.